

A integração desintegradora do Mercosul e a globalização: uma relação dialética sob a lógica da colonialidade¹

Mercosur's disintegrative integration and globalization: a dialectical relationship under the logic of coloniality

La integración desintegradora del Mercosur y la globalización: una relación dialéctica bajo la lógica de la colonialidad

DOI: 10.21530/ci.v19n3.2024.1450

Andrea Califano²

Rafael Vieira da Silva³

Resumo

Em que medida a integração regional latino-americana é determinada e limitada pelo padrão de acumulação dominante na globalização? A partir de uma crítica à insuficiência de análises que enfatizam evoluções institucionais ou alternâncias

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
- 2 Doutor em Economia e Ciências Sociais outorgado pelo IUSS Pavia conjuntamente à Scuola Superiore Sant'Anna Pisa. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA). (andrea.cfn@ufba.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8942-7358>.
- 3 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA). (vieirarafael@ufba.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3522-1124>.

Artigo submetido em 30/05/2024 e aprovado em 13/03/2025.

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



ideológicas como marcadores de mudança de paradigma regionalista, este artigo propõe um esquema conceitual alternativo para situar o regionalismo latino-americano, e mais especificamente o Mercosul, no contexto de continuidade do capitalismo global e seu caráter sistêmico, abrangendo dialeticamente suas crises e transformações, dando centralidade à noção de padrão de acumulação e à colonialidade como seu fator estruturante.

Palavras-chave: Mercosul; Integração Latino-Americana; Capitalismo Global; Padrão de Acumulação; Colonialidade.

Abstract

To what extent is Latin American regional integration determined and limited by the dominant accumulation pattern in globalization? Starting from a critique of the insufficiency of analyses that emphasize institutional evolutions or ideological shifts as markers of changes in the regionalist paradigm, this article proposes an alternative conceptual framework to situate Latin American regionalism, and more specifically Mercosur, in the context of the continuity of global capitalism and its systemic character, dialectically encompassing its crises and transformations, giving centrality to the notion of accumulation pattern and coloniality as its structuring factor.

Keywords: Mercosur; Latin American Integration; Global Capitalism; Accumulation Pattern; Coloniality.

Resumen

¿En qué medida la integración regional latinoamericana está determinada y limitada por el patrón de acumulación dominante en la globalización? Partiendo de una crítica a la insuficiencia de los análisis que enfatizan las evoluciones institucionales o los cambios ideológicos como marcadores de cambios en el paradigma regionalista, este artículo propone un esquema conceptual alternativo para situar el regionalismo latinoamericano, y más específicamente el Mercosur, en el contexto de la continuidad del capitalismo global y su carácter sistémico, abarcando dialécticamente sus crisis y transformaciones, dando centralidad a la noción de patrón de acumulación y a la colonialidad como su factor estructurante.

Palabras clave: Mercosur; Integración Latinoamericana; Capitalismo Global; Patrón de Acumulación; Colonialidad.

Introdução

Este trabalho situa o regionalismo latino-americano, e mais especificamente o Mercosul em sua trajetória, no contexto do capitalismo global e sua dimensão estrutural, dando centralidade à noção de padrão de acumulação e à lógica da colonialidade. Criado em 1991 no contexto de aprofundamento da globalização, o Mercosul está conectado às transformações impulsionadas pela difusão do neoliberalismo e suas crises. Deste modo, o objetivo do artigo é analisar como esses processos estruturais do sistema internacional capitalista determinam e limitam iniciativas de integração regional como a desenvolvida no Cone Sul.

Para tanto, em primeiro lugar, contestamos a suficiência de análises da integração latino-americana focadas nas evoluções institucionais das organizações ou nas alternâncias ideológicas dos governos envolvidos através de uma revisão de literatura sobre a trajetória do Mercosul. Em vez disso, propomos avaliar o regionalismo sob a ótica do materialismo histórico e dialético, partindo das relações internas entre as estruturas do capitalismo global, suas contínuas transformações e crises, e a trajetória das iniciativas de integração regional, com ênfase no profundo esquema da colonialidade e sua reprodução de hierarquias internacionais e de sociedades racialmente segmentadas, ambos elementos imprescindíveis para a análise da realidade e das perspectivas da integração latino-americana. Com o auxílio de um quadro conceitual articulado nesses termos e de exemplos concretos da trajetória do bloco, argumentamos que as mudanças de fase que aparentemente caracterizaram o Mercosul (e o regionalismo latino-americano) não afetaram as relações de força e a hegemonia de uma fração da classe capitalista intimamente associada ao capital estrangeiro que, ao longo da história, determinou e continua determinando em larga escala o percurso dos Estados nacionais e de outras manifestações institucionais.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo está dividido da seguinte maneira: na seção a seguir, serão apresentadas algumas das principais leituras vigentes na literatura a respeito da trajetória do Mercosul. Na seção seguinte, os conceitos da abordagem teórica proposta são apresentados e articulados. Em seguida, volta-se enfim à discussão sobre o Mercosul, agora sob posse do quadro conceitual apresentado, explorando a noção de “integração desintegradora” para ampliar o entendimento da trajetória do bloco.

Leituras vigentes da trajetória do Mercosul

Muitas das análises sobre a trajetória do Mercosul situam as políticas domésticas dos países-membros, em especial Brasil e Argentina, como elementos decisivos para um diagnóstico dos entraves e desafios do bloco. Essas leituras destacam, dentre outras coisas, o desinteresse das elites domésticas em adensar o caráter supranacional da estrutura institucional do bloco (Kaltenthaler e Mora 2002); a transitoriedade ideológica dos países-membros e seu impacto na trajetória do Mercosul (Dri 2016; Iglecias e Vuono 2023); a influência da relação bilateral entre Brasil e Argentina na agenda de integração (Almeida, Brito e Velasco 2024); e a falta de uma projetualidade estratégica em comum, que leve a uma integração social e política profunda frente aos desequilíbrios presentes (Botto 2021; Kan 2023).

Um dos marcos históricos cruciais no estudo do Mercosul é a transição ideológica na virada do século XX para o XXI quando governos ligados ao ideário neoliberal perderam espaço para lideranças ideologicamente situadas — em diferentes graus — à esquerda do espectro político. No Brasil, por exemplo, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder protagonizou uma abertura para agendas sociais até então negligenciadas, fomentando a participação de organizações da sociedade civil na política doméstica que reverberou na própria agenda do Mercosul (Vigevani e Ramanzini Junior 2022). Apesar dessa ampliação da dimensão social do bloco, motivada por mudanças políticas, a participação social era consideravelmente limitada ao formato de recomendações ou consultas, restando-lhe o papel de suscitar preocupações defensivas quanto às consequências negativas das políticas comerciais adotadas pelo Mercosul (Vaz 2003). Outras leituras partem dessa virada ideológica para enfatizar a volatilidade das políticas macroeconômicas e setoriais dos países-membros como fatores determinantes da estagnação do Mercosul (Almeida 2014; Florêncio 2015). Essas abordagens críticas da expansão temática do bloco nos anos 2000 reproduzem o caráter comercialista enraizado na fundação do Mercosul, “cujas políticas econômicas [se voltavam], prioritariamente, para uma melhor adequação às exigências de competitividade impostas pelos processos de liberalização dos mercados” (Camargo 2006, 62).

Outra característica recorrente em estudos sobre o Mercosul é a análise de mudanças institucionais ao longo de sua trajetória. Aspectos como os novos arcabouços institucionais criados na segunda década de existência do bloco foram avaliados (Baptista e Siman 2021), estimando alcance de novos espaços institucionais como o Instituto Social do Mercosul (ISM), a Unidade de Participação Social (UPS) e as Cúpulas Sociais. Temas que também ganham destaque nessa esfera são: as convergências entre alinhamento ideológico e o desenvolvimento de aparatos para a concretização de uma agenda conjunta (Bianculli 2022); o papel do envolvimento do poder executivo no aprofundamento da institucionalização (Malamud 2008); e a carência de uma visão estratégica capaz de consolidar uma institucionalidade duradoura ao Mercosul (Mariano e Menezes 2021). Nesse período da chamada virada social do bloco, a criação de normas, regulamentos e políticas em áreas como educação, saúde, proteção social, gênero e direitos humanos representou a incorporação institucional dessas agendas no aparato burocrático do Mercosul (Hoffmann 2021). A trajetória institucional do bloco também foi estudada a partir de análises de política externa, como no trabalho de Mariano e Ramanzini Júnior (2012) que salientou as limitações estruturais das possibilidades de aprofundamento do bloco em virtude das diretrizes da política externa brasileira, resguardando uma lógica da intergovernamentalidade que atrofia o horizonte desse processo de integração.

Também é notável a presença de teorias articuladas no contexto da União Europeia (UE) em pesquisas sobre o bloco sul-americano, como a neofuncionalista (Kaltenthaler e Mora 2002), a governança multinível (Siman 2021), o intergovernamentalismo (Medeiros 2003) e o intergovernamentalismo liberal (Caichiolo 2017). O “UE-centrismo” (Briceño-Ruiz 2018; Acharya 2016) se apresenta como um importante desafio para os estudos sobre o regionalismo latino-americano. Ele implica, por um lado, na necessidade de uma atenta contextualização histórica que diminua as tensões da aplicação dessas abordagens nas iniciativas regionais da América Latina. Por outro, também implica na tarefa de identificar lacunas deixadas por esses quadros explicativos, salientando o engajamento crítico com outros pontos de vista teórico-conceituais costumeiramente marginalizados no campo de estudos da integração regional, como as abordagens marxistas e as decoloniais.

Importantes pesquisas nesse sentido são as realizadas no âmbito de um resgate do pensamento de Nicos Poulantzas (1978) para compreensão do regionalismo latino-americano (Berringer e Ferreira 2022; Granato 2020; Osório 2018). Outro exemplo de um distanciamento das principais teorias associadas à trajetória da UE é o estudo comparativo de Claudio Katz (2006) entre o projeto liderado pelos Estados Unidos da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), o Mercosul e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), ressaltando a dimensão das classes sociais atreladas a cada uma dessas iniciativas⁴. Também destacamos a retomada da teoria marxista da dependência (Marini 1992) como eixo de compreensão da integração regional no capitalismo dependente (Müller 2011; Patrón 2015) e as contribuições de debates em torno do conceito de autonomia⁵ na América Latina ao longo da segunda metade do século XX (Muñoz 2016) para o regionalismo.

Diante desse panorama de análises vigentes sobre o Mercosul nota-se que, apesar da relevância de investigação dessas variadas dimensões do regionalismo, permanece uma lacuna importante na inserção do Mercosul em um tratamento mais amplo sobre o capitalismo global e o padrão de acumulação associado à globalização. As dimensões supracitadas são insuficientes para uma análise dos contornos do processo de integração do Mercosul que pretenda delinear os limites estruturais que lhes foram impostos. Mesmo com os avanços de pesquisas como as concentradas na perspectiva poulantziana e na teoria marxista da dependência, uma sistematização teórica da globalização em sua relação dialética com o percurso do regionalismo latino-americano ainda é uma lacuna na literatura⁶. Tal olhar estrutural abstrai de condições e conjunturas específicas e canaliza a análise em direção a um nível mais fundamental, sem, no entanto, desviar-se dos preceitos do materialismo histórico (Marx e Engels 2011; Ollman 2003). Na seção a seguir, buscaremos articular um quadro conceitual

4 Benzi e Narea (2018) contestam, nesse sentido, a aceitação quase que acrítica de termos que gozaram de significativo sucesso no debate sobre a integração latino-americana, como pós-liberal ou pós-hegemônico.

5 Debate que foi revitalizado por Vigevani e Ramanzini Júnior (2014) ao discutirem a autonomia na política externa brasileira, dissecando-a em autonomia pela distância, pela participação e pela diversificação. Essa categorização serviu de eixo de análise para as relações sub-regionais, com destaque para o Mercosul e a Unasul.

6 O trabalho de Osório (2018) constitui uma importante referência para essa tarefa, mas o quadro conceitual nele construído é dedicado à análise da integração europeia.

com vistas a construção de uma abordagem que situa a regionalização como expressão de um conjunto de forças sociais e formações de classe nacionais e transnacionais que são politicamente contestadas, contraditórias e em movimento, no contexto de padrões globais de poder e produção ligados à crescente força do capital internacional móvel. Trata-se de um percurso analítico que foca nas conexões entre as dinâmicas do sistema internacional e as perspectivas da integração latino-americana, reconduzindo a conclamada crise desta para o âmbito de uma interpretação sistêmica que abrange múltiplos e variados sintomas de crise que caracterizam a ordem global neoliberal (Brancaccio e Califano 2023).

A dialética entre o global e o regional: o regionalismo latino-americano sob a égide do padrão de acumulação de capital dominante

A ideia de padrão de acumulação corresponde às formas de produção e consumo dominantes durante um determinado período histórico, abarcando o conjunto de práticas que mobilizam a reprodução da estrutura de acumulação de capital. Nesse sentido, ela cumpre uma função metodológica, mediando entre diferentes níveis de abstração (Sandoval 2022), importante característica para análise da interação dos níveis global, regional e nacional. Uma das manifestações de um padrão de acumulação se dá pelo que Pijl (1998) chama de conceito de controle, que consiste em um programa ideológico que se difunde socialmente buscando subsumir o campo das decisões político-econômicas de diferentes atores sociais. As frações de classe que adquirem poder em determinada conjuntura reforçam um conceito de controle que atende a seus interesses, difundindo-o de modo a caracterizar os contornos do que é possível para a sociedade em geral. Como exemplo, o caráter comercialista que permeou a criação do Mercosul se deu no contexto de dominância do conceito de controle neoliberal, onde o entendimento da realidade econômica de um mundo inevitavelmente globalizado que só abria espaço para que os países tentassem melhorar sua forma de inserção havia sido construído pelos limites impostos por tal ideologia. O neoliberalismo fixou-se como cosmovisão dessa

configuração histórica de classes e Estados dominantes (Fennema e Pijl 1987). O conceito de controle neoliberal articula sua própria linguagem (com ideais como competitividade e empreendedorismo ganhando tração no linguajar cotidiano), diluindo nela os interesses da fração de classe dominante. Essa morada no vocabulário dos atores políticos e sociais fortalece a sua legitimidade e possibilita coalizões dessa fração de classe com aliados diversos (Pijl 1998).

Em suma, o conceito abrangente de controle “provê a crucial conexão estratégica entre a acumulação de capital e a agência da classe capitalista”⁷ (Horn e Wigger 2019, 212) — é nele que reside o papel do capitalista enquanto uma ativa “personificação do capital”. Com isso, é possível desmistificar leituras naturalizantes de processos como a globalização, salientando que as forças sociais por trás dessas mudanças estão “constantemente engajadas em modelar essa orientação e direção — ela não é dada” (Pijl 2010, 50). Ademais, essas mesmas frações no poder podem entrar em conflito quanto à decisão de como melhor gerir a acumulação de capital, como exemplificado — na leitura de Robinson e Harris (2000) — pelos três projetos de gestão da ordem neoliberal da classe dominante: o fundamentalismo de livre-mercado, o estruturalismo neoliberal e o regulacionismo neoliberal.

No contexto da Guerra Fria, a pressão da alternativa soviética fez com que as frações dominantes da burguesia promovessem uma relação mais equilibrada entre capital e trabalho, regulada por princípios keynesianos de concessões à classe trabalhadora nos centros capitalistas globais. Porém, com as crises econômicas ao longo da década de 1970 e seus impactos na lucratividade, esse bloco no poder passou a buscar alternativas a esse regime regulado pelos controles de capitais dos Estados-nações e pelo acordo fordista-keynesiano da relação capital-trabalho, provendo os germes da transição para um novo paradigma de acumulação: o neoliberal.

O processo de globalização é o emblema desse novo padrão, difundido, entre outros, por meio das políticas de ajuste estrutural impostas através do Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição para o financiamento das dívidas externas que assolavam países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. Essa difusão do ideário neoliberal de privatizações e demais políticas econômicas de abertura aos capitais transnacionais — doutrinariamente

7 Essa e as demais traduções foram realizadas pelos autores.

cristalizado no Consenso de Washington — consolidou o conceito de controle que teve o seu auge nos anos 1990, logo após a queda do muro de Berlim e a concretização da hegemonia unívoca dos Estados Unidos. Subjacente a esse processo está o impulsionamento da “financeirização”, em que o capital financeiro se torna a força diretiva do sistema capitalista transnacional (Pijl 2019).

Uma das características definidoras do capitalismo na globalização é a hegemonia de uma “classe capitalista transnacional, composta por aqueles que gerenciam as corporações transnacionais e as instituições financeiras que impulsionam a economia global” (Robinson 2015, 3)⁸. Nesse contexto, passam a existir contingentes locais dessa classe, que tem seus interesses transnacionalizados pela força centrípeta da globalização.

A ampla mobilidade de capitais (virtualmente livres de rédeas) faz com que seus detentores sejam capazes de influenciar significativamente as escolhas de política econômica — e, em última instância, os projetos de desenvolvimento a serem perseguidos — dos Estados, fragilizando estes últimos (embora com várias ressalvas que serão tratadas mais adiante), e consolidando cada vez mais o poder dessa fração burguesa no poder. O novo padrão serve aos interesses comuns de capitais que competem entre si: os interesses basilares são aqueles que antagonizam a classe capitalista contra a classe trabalhadora, correspondendo aos mecanismos necessários para a reprodução contínua dos circuitos globais de acumulação de capital. Porém, longe de apagar os conflitos e tensões intercapitalistas, o denominador comum subjacente ao processo de consolidação desse regime é o horizonte onde rivalidades se articulam e se intensificam.

Não obstante essa transnacionalização acentuada, é preciso enxergar essas dinâmicas em uma totalidade dialética que olha para as hierarquias entre as diferentes formações econômico-sociais nesse novo paradigma de acumulação. Essa fração transnacional que expande seu conceito de controle na maré da globalização se desenvolve em um contexto de divisão do poder internacional

8 A ideia de uma articulação transnacional de uma fração da classe burguesa já estava presente de forma incipiente na obra de Gramsci, com um evidente traço hierárquico interestatal que não está presente no pensamento de Robinson: “é preciso levar em consideração que com as relações internas de um Estado-nação se entrelaçam as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida em um país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. [Essas redes] sugerem recursos políticos de origem histórica diversa e os fazem triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas [...]” (Gramsci 1971, 182).

particular e historicamente determinado, ligada a uma constelação de Estados específicos que são liderados primordialmente pelos Estados Unidos (Carroll 2018). Como reforça Carroll, “as contínuas ancoragens nacionais do capital estão dialeticamente relacionadas aos circuitos transnacionais de acumulação” (2019, 199). Longe de implicar na defasagem do Estado-nação, as forças do capitalismo transnacional operam em diferentes frentes nacionais ao mesmo tempo (Apeldoorn 2004), pois necessitam que o Estado crie e mantenha as condições para a valorização do capital — o que mostra a falácia da oposição entre Estado e mercado. Portanto, persiste o imperativo de conciliação — dialética — entre o transnacional e o nacional, com a compreensão decisiva de que a “mundialização do capital [...] não [apaga] a existência dos Estados nacionais”, tendo como efeito, na verdade, a acentuação dos “fatores de hierarquização entre os países” (Chesnais 1998, 195).

As transformações pelas quais os Estados da periferia passam a partir da consolidação desse novo padrão de acumulação exemplificam as assimetrias expandidas nesse contexto: desde a “erosão de sua capacidade de capturar e redistribuir excedentes, dada a privatização de ativos públicos, [...] ao crescente endividamento com o capital financeiro transnacional, [e] a competição entre Estados para atrair capital transnacional” (Robinson 2022, 192)⁹. Longe de significarem processos isonômicos de defasagem do poder nacional a nível global como Robinson dá a entender, essas transformações têm uma acentuada demarcação periférica (Carroll 2018), que se torna crucial para entender as limitações que as formações econômico-sociais dependentes encaram no âmbito do regionalismo.

A colonialidade como fator estruturante do padrão de acumulação

Assim como o capitalismo foi gestado em meio a um sistema de divisões político-territoriais, ele também foi concebido imerso na herança do expansionismo colonial europeu. E da mesma forma que o capitalismo

⁹ O tema da competição por capitais transnacionais, caracterizada no artigo em tela como elemento fundamental de uma “integração desintegradora”, será retomado adiante.

transformou o sistema soberano no qual nasceu em um moderno sistema internacional como conhecemos hoje (Wood 2002), ele também operou transformações profundas nas dinâmicas da colonialidade, reestruturando as relações sociais que outrora vigoravam primariamente sob o sistema escravocrata. O âmago colonial em que o modo de produção capitalista emergiu não foi diluído, mas sim mantido e intensificado em seu desenvolvimento. As relações internas entre raça e classe no capitalismo demandam atenção em uma análise histórico-estrutural do regionalismo como a proposta neste artigo, em especial quando essas demarcações são perpetradas no bojo das próprias sociedades latino-americanas através de suas burguesias domésticas.

A herança colonial

O regionalismo não pode ser discutido de forma isolada, constituindo um fenômeno social integrado nas transformações do capitalismo global e, mais especificamente neste caso, enraizado na realidade sócio-histórica da América Latina¹⁰. Nesse sentido, é prioritário integrar a discussão sobre padrões de acumulação na materialidade dos processos históricos em que as próprias evoluções do sistema capitalista se inserem. Em extrema síntese, nos países da região:

as condições da transição entre os modos de produção, determinadas tanto pelas necessidades das classes dominantes internas, quanto do capital externo, forjaram particulares mediações, que se expressam na continuidade do monopólio da terra e dos meios de produção pela classe dominante e conseqüentemente, das formas de dominação ideológicas mistificadoras da realidade e justificativas da desigualdade, para as quais o racismo estrutura-se como elemento fundamental. Assim, as condições concretas da reprodução social sob a lei geral da acumulação capitalista [...] neste território traduzem movimentos nos quais as condições gerais dessa reprodução – propriedade privada dos meios de produção e trabalho livre alienado – sejam dinamizadas, necessariamente, a partir de elementos estruturados sob marca histórica da dominação colonial e do escravismo. (Souza 2020, 9-10)

10 Ver, entre outros, Osório (2018); Robinson (2015); e Vásquez (2018).

Construções político-ideológicas como democracia, trabalho livre, nação independente — às quais adicionamos o ideal regionalista — têm de ser problematizadas à luz da dominação colonial escravocrata que caracterizou a região por três séculos. A colonização e as relações cultivadas em seu âmago constituem uma herança que persegue e sufoca não só os processos do regionalismo, mas todas as tentativas de desenvolvimento ensaiadas na região. A chave conceitual do pensamento decolonial é o grau de superveniência dessa herança, seja lida pelo prisma mariáteguiano (Mariátegui 1974; 2007), seja pela caracterização da dinâmica modernidade/colonialidade de Mignolo (2021), ou pela matriz da colonialidade do poder de Quijano (2002), que foi influenciado pelo próprio Mariátegui (Rubbo 2018). São as relações coloniais, reconstituídas no marco da dependência econômica em um contexto pós-independências do século XIX (Marini 2017), mas transcendendo-o (Salgado, García-Bravo e Benzi 2021), que efetivamente limitam as possibilidades de movimentação dos Estados latino-americanos — seja individualmente, seja por meio de blocos regionais — em um mundo integrado e globalizado, mas hierarquicamente estruturado. O anúncio em dezembro de 2024 do encerramento dos 25 anos de negociação do acordo entre Mercosul e União Europeia (Mercosul 2024) ilustra a importância do prisma da colonialidade na análise do fenômeno regionalista na América Latina, pois parte das discussões sobre os efeitos desse acordo para o bloco sul-americano invocam temas marcados por sua estrutura colonial como reprimarização econômica, desindustrialização e impactos na vida dos povos originários da região (Berringer e Granato 2024).

Subordinação e subsoberania

Uma das principais faces dessa renovada condição colonial é a contínua erosão da capacidade de autonomia política dos Estados latino-americanos (Quijano 2002) e, conseqüentemente, a profunda limitação dos movimentos sociais em conseguirem respostas eficazes às suas demandas internas. Aliás, essa “impossibilidade ontológica” correspondente ao Estado subsoberano (Osorio 2017) inserido na colonialidade, que impede a sua autonomia e castra a sua soberania, corta pela raiz qualquer paralelo imediato entre a integração

latino-americana — e, especificamente, do Mercosul — e o que foi alcançado num dos centros do capitalismo global e da dominação colonial com a construção da UE, quer seja entendida como um processo de transferência de soberania (Sandholtz e Sweet 1998) ou como um instrumento de fortalecimento dos Estados nacionais (Milward 1999). Postular a UE como um modelo de integração para Estados dependentes não é apenas um grande mal-entendido teórico, mas também parte dos mecanismos de controle exercido pelos centros de poder do capitalismo global. Na concretude da fase histórica corrente, os Estados periféricos, em aguda condição de dependência intensificada pela crise da dívida dos anos 1980, tem o eixo das suas decisões políticas deslocado das frágeis instituições nacionais, e organizações como o Banco Mundial e o FMI — ambas expressões dos países hegemônicos — passam a ter um papel integral nas suas políticas econômicas, desdobrando, assim, as suas funções de atores políticos, intelectuais e financeiros (Pereira 2010).

Essa subordinação não corresponde simplesmente à obediência aos ditames impostos por forças externas, sendo a relação dos interesses das classes dominantes domésticas com os fatores externos dialeticamente carregados. Ao centro dessa relação dialética, situa-se o padrão de acumulação dependente, que se sustenta no Estado com características subsoberanas. De fato, essa expressão, além de indicar um poder estatal subordinado a outros poderes estatais, se refere também a “um poder que opera descentrado em respeito à sociedade no qual se constitui, nutrido por modalidades de reprodução que culminam em mercados exteriores” (Osorio 2017). Mesmo que o Estado conserve o poder para organizar a vida social do país dependente, indicando a capacidade das classes dominantes para o exercício desse poder, isso não implica por si a presença de soberania: ser um Estado “internamente funcionante” não significa necessariamente ser soberano no sistema internacional (Osorio 2017). Investigando mais profundamente essa relação dialética entre a posição subordinada no sistema internacional e o funcionamento do Estado, cabe acrescentar que ela impregna a constituição de um modelo doméstico de exercício do poder fundamentado na dominação e na exclusão de massas da população, que por sua vez é usado para perpetrar a inserção subordinada (Fusaro 2022).

O peruano José Carlos Mariátegui oferece, de forma pioneira, uma análise a respeito dos elementos que estipulam uma fronteira para o desenvolvimento de iniciativas genuinamente autônomas, seja a nível nacional ou regional. Para Mariátegui, a questão racial tinha um papel fundamental na indisposição das burguesias latino-americanas em trilhar um caminho de sólida independência. Enfatizando o caso peruano, o autor via na burguesia local dos países latino-americanos uma potente aversão à construção de uma identidade voltada para os povos originários e escravizados, preferindo se espelhar na antiga metrópole e na civilização europeia de modo geral:

Os elementos feudais ou burgueses em nossos países sentem o mesmo desprezo pelos indígenas, assim como pelos negros e mulatos, que os imperialistas brancos. Esse sentimento racista entre a classe dominante age de maneira absolutamente favorável à penetração imperialista. [...] [As] burguesias nacionais [são] instrumentos dóceis do imperialismo ianque ou britânico. (Mariátegui 1974, 27)

O elemento racial/colonial revela-se então central nas raízes econômicas nas quais se funda também a desconfiança que Mariátegui (2007) tinha com a burguesia latino-americana. Ele notava a relação de dependência entre os ganhos dos capitalistas peruanos e as oscilações de mercado nos países centrais. Esses ganhos envolviam, em grande parte, a exploração que as elites locais faziam dos grupos marginalizados, em especial no setor agrícola¹¹. De fato, a desigualdade racial “se constitui como determinante particular no processo de exploração da riqueza no capitalismo dependente latino-americano” (Souza 2020, 5) que tem o racismo como “*arma de dominação ideológica* fundamental à reprodução do capital” (Souza 2020, 2, grifo da autora), e então elemento imprescindível para a perpetração do capitalismo e da centralidade da classe burguesa. Sob o comando ou a supervisão das burguesias locais, iniciativas de integração na América Latina somente intensificariam o caráter dependente da região, numa expressa perpetuação tanto das assimetrias entre os países, quanto do caráter racializado que constitui as desigualdades internas.

11 Esse processo seria caracterizado mais tarde (entre os anos 1960 e 1970) como superexploração (Marini 2017).

Os efeitos assimétricos da globalização

O complemento da profunda heterogeneidade entre países, vigente no sistema mundial, é a contestação da equivalência entre globalização e perda de soberania. Olhando as raízes dessa equivalência, cabe destacar que a contestação das “lógicas colonial e capitalista do universal desafia o fundamento moderno do internacional entendido como uma pluralidade de unidades equivalentes e não relacionadas, ou ‘superfícies secas em um vasto oceano’” (Rojas 2019, 520). Assim, apesar da prometida uniformização horizontal que a interdependência (Traspadini 1999) traria para a esfera internacional via globalização, o processo de expansão da economia global seguiu apresentando uma clara demarcação controlada pelos países desenvolvidos (Marini 1992). Um exemplo desta dinâmica é a dispersão da produção em redes globais espalhadas por diferentes nações, que ocorreu em paralelo com uma intensificação da proteção dos direitos de propriedade intelectual em favorecimento dos países centrais (Pinto, Corrêa e Fiani 2017) e foi bastante conveniente para dissuadir a estruturação de projetos de desenvolvimento nacional (Wood 2002) e enfraquecer a consolidação de economias nacionalmente integradas (Marini 1996). A divisão internacional do trabalho com suas assimetrias características e hierarquias racializadas (Mariátegui 1974; Quijano 2002) tem sido constantemente reproduzida desde o surgimento do capitalismo, com a sua insaciável necessidade de acumulação por espoliação (Harvey 2016), perpetrada agora sob a nova roupagem do padrão de acumulação neoliberal. Por fim, os Estados dependentes devem ser vistos não apenas como integrados de forma diferente nos circuitos globais de capital (por exemplo, como fornecedores de matérias-primas) mas também entendidos como locais onde as contradições da acumulação de capital dos países centrais podem ser “terceirizadas” (Fusaro 2022).

Mercosul e globalização: a integração desintegradora

No caso concreto da relação entre globalização e integração regional exemplificada pelo Mercosul, há uma importante analogia com o movimento simultâneo de constituição da modernidade e destituição da colonialidade:

do mesmo modo que a modernidade se instaura nos lugares destituídos pela colonialidade (Mignolo 2021), a globalização se fixaria com mais facilidade nos locais pré-moldados a partir desse tipo de regionalização¹². Nessa relação, esse regionalismo seria ferramenta de pouca autonomia e teria a função de domesticar ambientes ainda inóspitos aos avanços da globalização: a função do Mercosul seria a de contribuir na preparação do terreno para uma inserção profunda na economia global. Deste modo, como aponta Bernal-Meza (2007, 16), “[p]or meio dos blocos e esquemas regionais, a regulação econômico-social transita dos Estados nacionais para as regiões e blocos, [...] [a]ssim, a regionalização é um corolário da mundialização”. Esse papel instrumental do bloco no processo mais amplo de globalização não deve ser confundido com um apagamento da agência do Estado, especialmente quando se trata de um formato regionalista intergovernamental como o Mercosul: as ações dos Estados têm reverberações na integração regional. Os impactos da política externa brasileira nos rumos tomados pelo bloco — como o foco em beneficiar setores econômicos nacionais em detrimento de um tratamento mais profundo das assimetrias entre os países do Mercosul (Mariano e Ramanzini Júnior 2012) — ilustram o quão crucial segue sendo a dimensão nacional.

Seguindo o mesmo paralelo, assim como não haverá autonomia regional até um verdadeiro questionamento dos padrões da colonialidade (Quijano 2002), não será possível alcançar uma verdadeira integração enquanto perdurar a (des) integração baseada nos pilares da globalização sem regras das últimas décadas. As duas dinâmicas estão entrelaçadas. Em última análise, a dialética entre os níveis regional e global opera, na verdade, como uma expressão de algo mais profundo: o padrão de acumulação dominante, inserido em um sistema global permeado pela — e fundamentado na — colonialidade.

Um elemento determinante da naturalização da globalização como uma força da natureza invencível e avassaladora (Mignolo 2021) reside na internalização da lógica da colonialidade: por isso, apenas demonstrar o seu caráter construído e maleável não é suficiente para traçar caminhos de

12 Nesse sentido, destacamos também a dialética entre integração e desintegração de estruturas e instituições socioeconômicas presente no padrão de acumulação neoliberal, conforme Gill (1992) aponta. O autor salienta que a globalização e seus processos de integração de mercados simultaneamente promovem “a fragmentação e divisão de muitas [...] forças sociais, refletindo uma intensificação da desigualdade global [...]” (Gill 1992, 157).

autonomia e emancipação¹³, seja de uma perspectiva dos Estados em situação assimétrica ou das classes em condições desfavoráveis. Do ponto de vista analítico, é indispensável o resgate da dimensão histórico-racial que condiciona a inserção dependente dos países latino-americanos e o seu papel de limitação estrutural para o desenvolvimento do regionalismo, como no caso do Mercosul.

Por meio da operacionalização dos conceitos expostos, estruturada ao redor da ideia de “integração desintegradora”, é possível delinear os modos pelos quais o padrão de acumulação neoliberal influencia e impõe limites às dinâmicas do Mercosul. Tal tarefa é análoga àquela realizada por Murray e Overton (2016) e sua avaliação sobre como os regimes de acumulação de modo geral restringem o alcance dos regimes de ajuda e cooperação internacional. Deste modo, a tarefa que se segue espelha esse processo retornando ao caso do Mercosul, indicando os frutos que um estudo amparado no quadro explicativo articulado é capaz de capturar as principais condicionalidades estruturais que põem amarras nas iniciativas de regionalismo na América Latina.

Um paradigma de (des)integração

Colocando no foco da análise o padrão de acumulação dominante, na encruzilhada entre o global, o regional e o nacional, percebe-se que as características institucionais do Mercosul ou a ideologia política da vez em seus Estados-membros por si só não são elementos capazes de dar conta de uma compreensão estrutural do regionalismo. Alcançar uma forma alternativa de integração (como no suposto ímpeto de mudança para um “Mercosul social” na virada do século) implica, em última instância, em lidar com os regimes de acumulação de seus membros e como esses regimes interagem entre si e com o resto do mundo. Como este é o elemento definitivo da natureza dos processos de integração, qualquer tentativa regionalista genuinamente autônoma, ainda mais em uma região tão marcada pela colonialidade, deve ser respaldada por sinais de mudança neste âmbito. Isso tem se mostrado extremamente difícil, especialmente pelo fato de que tais alternativas têm de confrontar

13 Tais estratégias de autonomia e emancipação também não podem ignorar os movimentos do próprio capitalismo global em ampliar sua legitimidade através de um esvaziamento de alternativas (Aragão 2010).

imediatamente as necessidades decorrentes de um sistema econômico global baseado na competição desenfreada (ou, quando regulada, em favorecimento dos países centrais) (Pinto, Corrêa e Fiani 2017).

Esse enquadramento competitivo do padrão de acumulação neoliberal gera uma condição paradoxal no processo de integração, intensificando um fenômeno que chamamos “paradigma da (des)integração” ou “integração desintegradora”. A competição por capitais transnacionais que ilustra uma das fontes de enfraquecimento da autonomia política dos Estados nacionais mais frágeis é elemento fundamental desse regionalismo clivado. Este aspecto, amplamente discutido, por exemplo, na literatura no que diz respeito à *race-to-the-bottom* nos direitos laborais devido à necessidade de atrair capitais (Rudra 2002), deveria ser central em qualquer discussão sobre o regionalismo, mesmo nos casos supostamente de “maior sucesso”, como o da UE, na qual os paraísos fiscais e o *dumping fiscal* estão presentes e são fenômenos muito relevantes. O que o regionalismo central e o regionalismo periférico têm, portanto, em comum, quando concebidos de acordo com os ditames neoliberais, seria o seguinte:

Um dos principais efeitos pretendidos da integração, a liberalização do comércio, na verdade, poderia levar a conflitos entre os participantes. Novos investimentos e atividades promovidas pela integração de mercado gradualmente gravitam em direção às zonas dos países que já possuem mercados maiores e uma infraestrutura física e humana mais desenvolvida. Como resultado, “a liberalização do comércio poderia acentuar os efeitos de polarização entre os países ... [o que], por sua vez, poderia criar sérios conflitos econômicos e políticos entre os Estados membros”. (Acharya 2016, 116)

As assimetrias competitivas (Doctor 2013) entre os países-membros do Mercosul tornam ainda mais custosos os efeitos dessa integração desarticuladora, que coloca nas mãos dos investidores estrangeiros um relevante poder de influência nas políticas fiscais e trabalhistas dos Estados. A crise gerada pelo Brasil através de sua decisão unilateral de desvalorizar sua moeda em 1999 marcou o ponto alto dessa dinâmica regional inscrita em um barril de pólvora, em contagem regressiva para uma eclosão competitiva que

deixou o bloco em uma situação paralisante, composta por avanços modestos desde então, tendo em vista que mesmo os números do comércio intra-regional não voltaram ao patamar da sua primeira década (Botto 2021).

O projeto hegemônico neoliberal, enquanto conceito de controle articulador dos ditames para a reprodução deste padrão de acumulação, reverbera na estruturação da própria institucionalidade do Mercosul. As políticas neoliberais adotadas na primeira metade da década de 1990 por Brasil e Argentina acenavam fortemente para a desregulamentação financeira que residia no núcleo do Consenso de Washington — e, portanto, no núcleo do conceito de controle do padrão de acumulação — e para a constituição do bloco ao redor dessas novas diretrizes de integração competitiva (Berringer 2017). Eis a função disciplinadora do neoliberalismo (Pijl 1998) em suas faces doméstica e regional. Tomar a UE como exemplo a ser seguido parece mais que outra coisa um convite a aplicar também nessa região periférica o Novo Constitucionalismo teorizado por Gill (2001) a respeito da UE. O foco não seria então a replicação daqueles elementos considerados exitosos na análise *mainstream*, quais o Fundo de Coesão ou o Parlamento, na realidade extremamente problemáticos, que parecem servir essencialmente como instrumentos disciplinadores e cristalizadores do padrão de acumulação. Eles não teriam capacidade e nem finalidade de enfrentar o chamado déficit democrático, pois esse problema não tem solução dentro da estrutura comunitária, sendo ela que “fomenta a não observância democrática” (Osório 2018).

Ainda que a ambição germinada a partir do exemplo da UE tenha guiado a concepção do Mercosul, os países-membros preferiram adotar uma perspectiva intergovernamentalista em vez da supranacionalidade avançada no velho continente. Como enfatizam Mariano e Ramanzini Júnior (2012), essa escolha está diretamente ligada à tradição da política externa brasileira de prezar pelo princípio da autonomia, cujo corolário é justamente a defesa da intergovernamentalidade. Desta forma, essas movimentações de retenção de alguma discricionariedade estatal aparentemente revelariam uma tensão entre a classe política pressionada por atores econômicos locais e os interesses transnacionais no avanço da liberalização, pois exceções em setores específicos surgiam como tentativas de proteção de classes capitalistas mais nacionalizadas

frente à competitividade com o capital estrangeiro¹⁴. Essa escolha pode parecer uma defesa efetiva contra os interesses da classe capitalista transnacional [*transnational capitalist capitalist*, TCC], na medida em que limita as manobras possíveis da organização em face da soberania dos Estados, mas essa concessão acaba sendo pouco prejudicial para a TCC quando se faz um retorno às reflexões de Mariátegui sobre as burguesias latino-americanas e sua histórica ligação com os países centrais.

A ausência de uma classe capitalista nacional independente do imperialismo, competitiva e forte o suficiente para ser protegida pelos governos nacionais, torna essas concessões pouco custosas para a TCC. Ao fim e ao cabo, as facções da classe capitalista ligadas ao capital estrangeiro fazem uso de blocos econômicos regionais como o Mercosul para ampliar sua escala de produção, escoar seus produtos e abrir novos mercados para seus oligopólios multinacionais (Robinson 2008) — em suma, aumentando o seu poder sobre o mercado regional e frente os próprios Estados dependentes, impulsionando a acumulação interna e internacional do capital, pois a criação de instituições — em sentido amplo — comuns reduz os obstáculos que atrapalham a valorização do capital e permite melhores condições para a concorrência entre Estados (Mascaro 2013). De fato, o imperativo de valorização do capital financeiro enquanto mote regulador da disseminação do padrão dominante constitui a base para a consecução dos interesses da “forma mais abstrata e móvel de capital [...], com seus interesses em explorar mercados cada vez mais amplos e superar barreiras impostas pelos Estados e outros obstáculos que inibem essa expansão” (Jessop 2019, 271). Nesse sentido, o Mercosul atuou como um “regime de governança transnacional que promove as condições para acumulação em escala global” (Jessop 2019, 270).

Não pode surpreender então que, entre 1990 e 1995, 60% do intercâmbio entre os dois países principais do esquema foi monopolizado por empresas transnacionais (Kan 2023), nem que, de acordo com os estudos do autor

14 Sobre o assunto, ver Berringer (2017, 17), que argumenta que “[a] existência do Mercosul é [...] um elemento de comprovação da existência da burguesia interna e conflitos entre capitais nacionais e externos, a despeito da internacionalização e da financeirização do capital. Não fosse a existência de uma burguesia interna a economia brasileira teria uma abertura comercial ainda maior que a adotada nos 1990, a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) teria sido aceita”.

mencionado, esse capital estrangeiro, junto dos setores de capital concentrados de ambos países, pressionaram os governos para criarem o quadro institucional necessário para o funcionamento do acordo, deixando pouco espaço, no âmbito do Mercosul, para outras frações do capital ou outras classes e camadas da população. Limitados a normativas do tipo recomendação de caráter não vinculante, movimentos sociais, sindicatos, e até mesmo setores não-hegemônicos da classe capitalista atuam como forças de oposição à fração que consegue efetivamente influenciar os rumos do bloco (Berringer 2017). A Declaração Sociolaboral do Mercosul de 1998, revisada em 2015 (Mercosul 2015) e as recomendações sobre o caráter prioritário do emprego (Mercosul 2003), o financiamento de políticas para a agricultura familiar (Mercosul 2010a) e a participação das mulheres na economia (Mercosul 2010b) são exemplos que revelam os modestos espaços que a institucionalidade do Mercosul dedica às pautas que fogem do cerne de interesse das frações hegemônicas do capital no contexto do padrão de acumulação neoliberal. A pressão empresarial na defesa de uma Declaração Sociolaboral não vinculante e sua respectiva vitória com a aprovação desta neste formato ao invés do formato vinculante, como o existente na Cláusula Democrática do Protocolo de Ushuaia (Mercosul 1998), representa bem o poder de setores econômicos influentes nos rumos do regionalismo.

A ideia fundamental é que esse protagonismo do capital estrangeiro e dos monopólios nacionais não surgiu com a globalização e não vai mudar repentinamente com a crise do padrão neoliberal ou, ainda menos, em caso de mudanças políticas conjunturais. Busca-se enfatizar as raízes estruturais profundas desse protagonismo, coincidentes com a superimposição da dominação imperialista do capital monopolista a diferentes tipos de relações de produção pré-capitalistas, na ausência de um circuito interno prévio de acumulação (Quijano e Westwell 1983). Em outras palavras:

A inexistência de estruturas produtivas complexas e a precoce monopolização da economia em seus diversos setores propicia o rápido surgimento do grande capital que passa a predominar na economia e no Estado dependente. Isso provoca que prevaleça no interior do bloco no poder uma subordinação do restante dos capitais aos setores e frações hegemônicas, em vez de esses conflitos pela repartição dos lucros e em torno a projetos econômicos se fazerem sentir com força no Estado e na

sociedade. Este processo foi reforçado pela massiva entrada de capital estrangeiro. (Osorio 2017, 49)

Esse capital, aparentemente favorável à integração – enquanto entendida como sinônimo de maior liberdade econômica, dificilmente permaneceria inerte diante de uma integração “real”, que para ser tal, teria de ser impulsionada por “um projeto que vá contra a supremacia do capital transnacional e, conforme às estruturas de capital predominantes no continente, vá contra a predominância do capital norte-americano” (Lorenzo 2012, 211); ao invés, historicamente atuou e atua ainda como mais uma força desintegradora da soberania nacional e da autonomia regional.

Considerações finais

Assim, discutimos a hipótese de que os processos estruturais do sistema internacional capitalista (em especial, o padrão de acumulação dominante e a lógica da colonialidade) limitam de forma determinante a trajetória do Mercosul, configurando uma integração desintegradora. O Mercosul, enquanto esquema de integração regional, não se trata de recipiente amorfo e transparente que pode ser preenchido abstratamente, a depender de viradas conjunturais, mas sim de espaço permeado por interesses de frações de classe em disputa. Como esse emaranhado se co-determina e se articula com o paradigma da (des)integração proposto é um tema de pesquisa de grande relevância, que merece ser aprofundado. Dita análise não pode perder de vista que o bloco compartilha caminhos com as evoluções – as transformações e as crises – do sistema internacional sob hegemonia neoliberal. Além disso, como foi destacado, pelas características específicas da região latino-americana, ele pode configurar a repetição de um ciclo de dependência e subordinação que espelha tantos outros ciclos presentes nas relações entre países centrais e periféricos.

Tendo isso, buscamos evidenciar como mesmo em um cenário em que a globalização neoliberal pareceu perder força como durante a onda rosa do início do século XXI, a reprodução dos interesses da classe dominante pôde

assumir uma nova face de modo a acomodar as demandas diversas de setores menos afluentes das sociedades latino-americanas unidas sob o rechaço ao neoliberalismo. Em realidade, essa face humanizada foi concebida sob um contexto de aprofundamento da dependência dos países latino-americanos às dinâmicas e flutuações do mercado global, servindo assim o duplo propósito de apaziguar os ânimos *revolucionários* da região e de limitar as perspectivas de autonomia atreladas ao projeto neodesenvolvimentista, evidenciando o papel delimitador do padrão de acumulação dominante no horizonte de realizações possíveis das sociedades, seja em nível nacional ou regional.

Referências

- Acharya, Amitav. 2016. “Regionalism beyond EU-centrism”. In: The Oxford Handbook of Comparative Regionalism. Börzel, Tanja A. e Thomas Risse (eds.), 109-130. Oxford: Oxford University Press.
- Almeida, Ana Carolina Valença Pires dos Reis de; Anderson Geová Maia de Brito e Paulo Afonso Velasco. 2024. “A relação bilateral entre Brasil e Argentina e sua influência na agenda integradora do Mercado Comum do Sul (Mercosul)”. Revista Geopolítica Transfronteiriça, 8, no. 1: 44-58.
- Almeida, Paulo Roberto de. 2014. “Mercosul, do otimismo à resignação”. Boletim de Economia e Política Internacional, no. 16: 43-56, 2014.
- Apeldoorn, Bastiaan van. 2004. “Theorizing the transnational: a historical materialist approach”. Journal of International Relations and Development, 7: 142-176.
- Aragão, Daniel Maurício Cavalcanti de. 2010. “Responsabilidade como legitimação: capital transnacional e governança global na Organização das Nações Unidas”. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- Baptista, João Victor da Motta e Tainá Estanislau Siman. 2021. “Dimensão humana e social do Mercosul: da institucionalização ao esvaziamento”. Brazilian Journal of International Relations, 10, no. 1: 253-276.
- Benzi, Daniele e Marco Narea. 2018. “El regionalismo latinoamericano, más allá de los pos. El fin de ciclo y los fantasmas globales”. Nueva Sociedad, 275: 106-120.
- Bernal-Meza, Raúl. 2007. “Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo y política exterior”. Carta Internacional, 2, no. 2: 12-24.

- Berringer, Tatiana. 2017. “A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016)”. *Oikos*, 16 (1): 15-29.
- Berringer, Tatiana e Leonardo Granato. 2024. “O acordo de princípio Mercosul-União Europeia e os conflitos sociais em torno do seu avanço e ratificação”. *Caderno CRH*, 37: 1-13.
- Berringer, Tatiana e Mariana Davi Ferreira. 2022. “Power Blocs and Regional Organizations in Latin America: A Poulantzian Perspective”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 65: 1-16.
- Bianculli, Andrea C. 2022. “Regionalism and regional organisations: exploring the dynamics of institutional formation and change in Latin America”. *Journal of International Relations and Development*, 25, no. 2: 556-581.
- Botto, Mercedes. 2021. “The challenges of economic integration in Latin America: searching for consensus in contexts of globalization. The case of MERCOSUR (1991–2019)”. *Globalizations*, 19, no. 4: 1-16.
- Brancaccio, Emiliano e Andrea Califano. 2023. “War, Sanctions, Deglobalization: Which Comes First?”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 66, no. 1: e004.
- Briceño-Ruiz, José. 2018. *Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo*. Bogotá: Ediciones UCC.
- Caichiolo, Carlos Ricardo. 2017. “The Mercosur experience and theories of regional integration”. *Contexto Internacional*, 39, no. 1: 117-134.
- Camargo, Sonia de. 2006. “Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal?”. *Lua Nova*, 68: 57-90.
- Carroll, William K. 2019. “Reflections on the Amsterdam School and the transnational capitalist class”. In: *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. Jessop, Bob e Henk Overbeek (eds.), 197-201. London: Routledge.
- Carroll, William K. 2018. “Rethinking the transnational capitalist class”. *Alternate Routes*, 29: 188-206.
- Chesnais, François. 1998. “Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo”. *Redes*, 3, no. 1: 185-212.
- Doctor, Mahrukh. 2013. “Prospects for deepening Mercosur integration: Economic asymmetry and institutional deficits”. *Review of International Political Economy*, 20, no. 3: 515-540.

- Dri, Clarissa. 2016. "Reinforcing or ignoring the supranational level during crises?: Brazilian parties' views on regionalism". In: *Crisis and institutional change in regional integration*. Saurugger, Sabine e Fabien Terpan (eds.), 125-138. London: Routledge.
- Fennema, Meindert e Kees van der Pijl. 1987. "International bank capital and the new liberalism". In: *Intercorporate Relations: The Structural Analysis of Business*. Mizruchi, Mark S. e Michael Schwartz (eds.), 298-319. Cambridge: Cambridge University Press.
- Florêncio, Sergio Abreu e Lima. 2015. "Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas e de posições da política externa brasileira: começo virtuoso e crise recente — possíveis interpretações". IPEA, Texto para discussão 2125: 7-47.
- Fusaro, Lorenzo. 2022. "Marx's General Law and the Development of Underdevelopment". In: *The General Law of Capitalist Accumulation in Latin America and Beyond: Actuality and Pertinence*. Fusaro, Lorenzo e Leinad Johan Alcalá Sandoval (eds.), 17-40. Maryland: Lexington Books.
- Gill, Stephen. 2001. "Constitutionalising capital: EMU and disciplinary neo-liberalism". In: *Social forces in the making of the New Europe*. Biler, Andreas e Adam David Morton (eds.), 47-69. London: Palgrave Macmillan.
- Gill, Stephen. 1992. "The Emerging World Order and European Change: the Political Economy of European Union". *Socialist Register*, 28: 157-196.
- Gramsci, Antonio. 1971. *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers.
- Granato, Leonardo. 2020. "Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil". *Izquierdas*, 49: 797-809.
- Harvey, David. 2016. "The New Imperialism: accumulation by dispossession". In: *The ways of the world*. Harvey, David, 265-292. London: Profile Books.
- Hoffmann, Andrea Ribeiro. 2021. "Mercosur between resilience and disintegration". In: *Regionalism Under Stress: Europe and Latin America in Comparative Perspective*. Nolte, Detlef e Brigitte Weiffen (eds.), 119-132. London: Routledge.
- Horn, Laura e Angela Wigger. 2019. "Out of Amsterdam!: Beyond the boundaries of (transnational) capitalist class formation". In: *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. Jessop, Bob e Henk Overbeek (eds.), 212-216. London: Routledge.

- Iglecias, Wagner Tadeu e Gabriel Dib Daud de Vuono. 2023. “Integração latino-americana em disputa?: Mercosul, três décadas entre regionalismos”. *Teoria & Pesquisa*, 32, no. 3: 1-32.
- Jessop, Bob. 2019. “Putting the Amsterdam School in its Place”. In: *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. Jessop, Bob e Henk Overbeek (eds.), 263-292. London: Routledge.
- Kaltenthaler, Karl e Frank O. Mora. 2002. “Explaining Latin American economic integration: the case of Mercosur”. *Review of International Political Economy*, 9, no. 1: 72-97.
- Kan, Julián. 2023. “Tres décadas de Mercosur. Etapas históricas, modelos de integración, gobiernos y actores sociales”. In: *El Mercosur como proceso multidimensional: relaciones internacionales, economía, cuestión agraria y educación*. Hellmund, P. F.; A. Arnaud, B. Abreu e H. E. Colmenarez (eds.), 13-46. Campina Grande: Amplla Editora.
- Katz, Claudio. 2006. *El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg.
- Lorenzo, Tania García. 2012. “El ALBA visto desde el Caribe. Entre la realidad y los sueños”. In: *El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Serbin, Andrés; Laneydi Martínez e Haroldo Ramanzini Júnior (eds.), 207-232. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales.
- Malamud, Andrés. 2008. “The internal agenda of Mercosur: interdependence, leadership and institutionalization”. In: *Los nuevos enfoques de la integración: más allá del regionalismo*. Jaramillo, Grace (ed.), 115-135. Quito: FLACSO.
- Mariano, Karina L. Pasquariello e Roberto Goulart Menezes. 2021. “Três décadas de Mercosul: institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração”. *Lua Nova*, 112: 147-179.
- Mariano, Marcelo Passini e Haroldo Ramanzini Júnior. 2012. “Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir das posições da política externa brasileira”. *Revista de Sociologia e Política*, 20, no. 43: 23-41.
- Mariátegui, José Carlos. 2007. *7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho.
- Mariátegui, José Carlos. 1974. *Ideología y política*. Lima: Ed. Amauta.
- Marini, Ruy Mauro. 2017. “Dialética da dependência”. *Germinal*, 9, no. 3: 325-356.

- Marini, Ruy Mauro. 1996. "Proceso y tendencias de la globalización capitalista". *La teoría social latinoamericana*, 4: 49-68.
- Marini, Ruy Mauro. 1992. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente.
- Marx, Karl e Friedrich Engels. 2011. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.
- Mascaro, Alysson Leandro. 2013. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo.
- Medeiros, Marcelo de A. 2003. "Prerrogativas estatais, integração regional e lógica distributiva". *Lua Nova*, 58: 141-168.
- Mercosul. 2024. "Acordo de Parceria entre Mercosul e União Europeia". <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/acordos-comerciais/mercosul-uniao-europeia>.
- Mercosul. 2015. "Declaração Sociolaboral do MERCOSUL de 2015". <https://documentos.mercosur.int/public/declaraciones/31>.
- Mercosul. 2010a. "Diretrizes para a elaboração de políticas diferenciadas de financiamento para a agricultura familiar". <https://normas.mercosur.int/public/normativas/2116>.
- Mercosul. 2010b. "Participação das mulheres na economia". <https://normas.mercosur.int/public/normativas/2113>.
- Mercosul. 2003. "Caráter Prioritário do Emprego". <https://normas.mercosur.int/public/normativas/3087>.
- Mercosul. 1998. "Protocolo de Ushuaia Sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile". <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico-no-mercosul-bolivia-e-chile/>.
- Mignolo, Walter D. 2021. "Coloniality and globalization: a decolonial take". *Globalizations*, 18(5): 720-737.
- Milward, Alan. 1999. *The European rescue of the nation state*. London: Routledge.
- Müller, Jonatan Pozzobon. 2011. "Integração regional e coesão social no Mercosul: uma análise à luz da teoria da dependência". *Plural*, 18, no. 1: 11-44.
- Muñoz, Luciano da Rosa. 2016. "O conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual". *Carta Internacional*, 11, no. 2: 200-221.
- Murray, Warwick E. e John Overton. 2016. "Retroliberalism and the new aid regime of the 2010s". *Progress in Development Studies*, 16, no. 3: 244-260.
- Ollman, Bertell. 2003. *Dance of the dialectic: Steps in Marx's method*. Illinois: University of Illinois Press.

- Osorio, Jaime. 2017. “Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente”. *Temporalis*, 17, no. 34: 25-51.
- Osório, Luiz Felipe Brandão. 2018. “Capitalismo e Processos de Integração Regional”. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, 22, no. 35: 13-38.
- Patrón, Angela Analía Garofali. 2015. “Integración latinoamericana: una interpretación desde la Teoría marxista de la dependencia”. *Rebela*, 5, no. 1: 88-111.
- Pereira, João Márcio Mendes. 2010. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pijl, Kees van der. 2019. “A transnational class analysis of the current crisis”. In: *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. Jessop, Bob e Henk Overbeek (eds.), 241-262. London: Routledge.
- Pijl, Kees van der. 2010. “Western hegemony and transnational capital: a dialectical perspective”. In: *Marxism and world politics: Contesting global capitalism*. Anievas, Alexander (ed), 42-60. London: Routledge.
- Pijl, Kees van der. 1998. *Transnational classes and international relations*. London: Routledge.
- Pinto, Eduardo Costa; Ronaldo Fiani e Ludmila Macedo Corrêa. 2017. “Dimensões da abordagem da Cadeia Global de Valor: upgrading, governança, políticas governamentais e propriedade intelectual”. In: *Cadeias Globais de Valor, políticas públicas e desenvolvimento*. Oliveira, Ivan Tiago Machado; Flavio Lyrio Carneiro e Edison Benedito da Silva Filho (eds.), 49-86. Brasília: Ipea.
- Poulantzas, Nicos. 1978. *Political power and social classes*. London: Verso.
- Quijano, Aníbal. 2002. “Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia”. *Novos Rumos*, 12, no. 37: 1-25.
- Quijano, Aníbal e Peggy Westwell. 1983. “Imperialism and Marginality in Latin America”. *Latin American Perspectives*, 10, no. 2-3: 76-85.
- Robinson, William I. 2022. “Global Inequalities, Digital Capitalism, and Marx’s General Law of Capitalist Accumulation”. In: *The General Law of Capitalist Accumulation in Latin America and Beyond: Actuality and Pertinence*. Lorenzo e Leinad Johan Alcalá Sandoval (eds.), 189-210. Maryland: Lexington Books.
- Robinson, William I. 2008. *Latin America and global capitalism: A critical globalization perspective*. Maryland: JHU Press.
- Robinson, William I. 2015. “The transnational state and the BRICS: a global capitalism perspective”. *Third World Quarterly*, 36, no. 1: 1-21.

- Robinson, William I. e Jerry Harris. 2000. “Towards a global ruling class? Globalization and the transnational capitalist class”. *Science & society*, 64, no. 1: 11-54.
- Rojas, Cristina. 2019. “Contestando as Lógicas Coloniais do Internacional: Rumo a uma Política Relacional para o Pluriverso”. *Monções*, 8, no. 15: 519–543.
- Rubbo, Deni Alfaro. 2018. “Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui”. *Estudos Avançados*, 32: 391-409.
- Rudra, Nita. 2002. “Globalization and the Decline of the Welfare State in LessDeveloped Countries.” *International Organization* 56, no. 2: 411–45.
- Salgado, José Guadalupe Gandarilla; María Haydeé García-Bravo e Daniele Benzi. 2021. “Two decades of Anibal Quijano’s coloniality of power, Eurocentrism and Latin America”. *Contexto Internacional*, 43: 199-222.
- Sandholtz, Wayne e Alec Stone Sweet. *European integration and supranational governance*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- Sandoval, Leinad Johan Alcalá. 2022. “The General Law of Capitalist Accumulation: A Comprehensive Reading from the Perspective of the Systematic Structure of Capital”. In: *The General Law of Capitalist Accumulation in Latin America and Beyond: Actuality and Pertinence*. Fusaro, Lorenzo e Leinad Johan Alcalá Sandoval (eds.), 17-40. Maryland: Lexington Books.
- Siman, Tainá Estanislau. 2021. “Governança Multinível no Mercosul: uma análise a partir do processo observado na União Europeia”. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.
- Souza, Cristiane Luiza Sabino de. 2020. “Racismo e luta de classes: contribuição para a análise da realidade latino-americana”. In: *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, Vitória/ES.
- Traspadini, Roberta. 1999. *A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Vaz, Alcides Costa. 2003. “Vacía: La agenda social en el Mercosur y en el ALCA”. *Araucaria*, 5, no. 10: 215-237.
- Vázquez, Mariana. 2018. “El MERCOSUR, geografía en disputa”. *RIHALC*, 8: 119-134.
- Vigevani, Tullo e Haroldo Ramanzini Junior. 2014. “Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul”. *Dados*, 57, no. 2: 517-552.

- Vigevani, Tullo e Haroldo Ramanzini Junior. 2022. *The Challenges for Building Regional Integration in the Global South: The case of Brazilian Foreign Policy towards Mercosur*. Cham: Springer.
- Wood, Ellen Meiksins. 2002. "Global capital, national states". In: *Historical materialism and Globalization*. Rupert, Mark e Hazel Smith (eds.), 37-76. London: Routledge.
- Wood, Ellen Meiksins. 2002. *The origin of capitalism: A longer view*. London: Verso.